



Diário Oficial

Prefeitura Municipal de Camaçari - Ano XXII - Nº 2528 de 13 de dezembro de 2024 - Página 01 de 49

Atos do Poder Executivo

DECRETO

**DECRETO Nº 8102/2024
DE 14 DE OUTUBRO DE 2024**

Estabelece o CALENDÁRIO FISCAL, define procedimentos para pagamento e fixa o índice de atualização monetária dos tributos municipais para o EXERCÍCIO DE 2025, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMACARI, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 31, da Lei nº. 1.039, de 16 de dezembro de 2009,

DECRETA

Art. 1º. Estabelece procedimentos e fixa o vencimento, para o Exercício de 2025, dos seguintes tributos:

I - Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU;

II - Taxa de Coleta, Remoção e Destinação de Resíduos Sólidos Domiciliares - TRSD;

III - Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis - ITIV;

IV - Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN;

V - Taxa de Licença de Localização - TLL;

VI - Taxa de Fiscalização do Funcionamento - TFF;

VII - Contribuição Para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP;

VIII - Taxa de Licença para exposição de publicidade nas vias e logradouros públicos e em locais expostos ao público - TLP;

IX - Taxa de Licença de Urbanização - TLU;

X - Taxa de Vigilância Sanitária - TVS;

XI - Taxa de Licenciamento Ambiental - TLA.

Art. 2º. O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU poderá ser pago com **desconto** de 10% (dez por cento), em parcela única, até o prazo para pagamento da cota única.

§ 1º. O IPTU 2025 poderá ser pago em até 10 (dez) parcelas, sem desconto, com vencimento da parcela única ou da primeira parcela, em 11 de março de 2025, e as parcelas restantes com vencimento no dia 10 de cada mês subsequente.

§ 2º. O valor de cada parcela não poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

Art. 3º. Para pleitear o incentivo do "IPTU VERDE", o interessado deverá formalizar requerimento, devidamente instruído com os documentos, e na forma do Código Tributário Municipal, e alterações posteriores, até **30 de agosto de 2025**, para efeito de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, do Exercício de 2026.

Art. 4º. O servidor público, para pleitear a Isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, disposta no art. 103, inciso II, da Lei nº 1.039/2009, deverá formalizar o requerimento no período de **01 de fevereiro de 2025 a 31 de outubro de 2025**, instruído com cópia do título de propriedade do imóvel, certidões de lançamento dos cartórios de registro de imóveis do 1º e 2º Ofício desta Comarca, em nome do servidor e do seu cônjuge, se for o caso, cópia da Certidão de Casamento e/ou da Certidão de Óbito, se for o caso, cópias da Carteira de Identidade - RG, do Registro no Cadastro de Pessoa Física - CPF e do comprovante de residência do servidor requerente e número da inscrição no cadastro do imóvel objeto do pedido.

§ 1º. O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano - IPTU será pago em até 30 (trinta) dias, após a ciência da Notificação de Lançamento do IPTU, devido por ampliação de área, a ser realizada pela Coordenadoria de Fiscalização - CFIS, em conformidade com a Lei 1.039/2009.

Art. 5º. A Taxa de Coleta, Remoção e Destinação de Resíduos Sólidos Domiciliares - TRSD, será lançada anualmente, em conjunto com o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, à exceção dos imóveis enquadrados na categoria de uso industrial de médio e grande porte, cujo lançamento será feito separadamente, e poderá ser paga, sem desconto, em parcela única ou em até dez parcelas, nos mesmos vencimentos do IPTU correspondente.

§ 1º. A Taxa de Coleta, Remoção e Destinação de Resíduos Sólidos Domiciliares - TRSD, será paga em até 30 (trinta) dias, após a ciência da Notificação de Lançamento da TRSD, devida por ampliação de área, a ser realizada pela Coordenadoria de Fiscalização - CFIS, em conformidade com a Lei 1.039/2009.

Art. 6º. O Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos



de Bens Imóveis - ITIV será recolhido em parcela única, observado o seguinte:

I - antes da realização do ato, ou da lavratura do instrumento público ou particular que configurar a obrigação;

II - em até 10 (dez) dias:

a) nas transmissões realizadas em virtude de sentença judicial, contados da sentença que houver homologado seu cálculo.

b) nas tornas ou reposições em que sejam interessados incapazes, contados da data em que se der a concordância do Ministério Público;

c) na arrematação ou adjudicação, contados da data em que tiver sido assinado o ato ou deferida a adjudicação, ainda que haja recurso pendente, sujeitando-se à atualização monetária;

d) nas promessas de compra e venda de unidade imobiliária para entrega futura do imóvel, contados da data da assinatura do contrato;

e) nas transmissões cujo instrumento tenha sido lavrado em outro Município, contados da data da sua lavratura.

§ 1º. As empresas com atividade de loteamento, construção e incorporação de imóveis estão obrigadas ao envio trimestral dos dados dos adquirentes.

§ 2º. O prazo previsto no inciso II poderá ser prorrogado, por até igual prazo, em razão de justificativa do contribuinte.

Art. 7º. O Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza- ISSQN será pago:

I - até o dia 10 (dez) do mês subsequente à ocorrência do fato gerador, para as atividades cuja base de cálculo seja a receita tributável, com exceção imposta ao contribuinte submetido a Regime Especial de Fiscalização nos termos do Decreto Municipal nº 7.141, de 26 de agosto de 2019;

II – dentro do mês em que ocorrer o fato gerador:

a) quando sob regime de estimativa na condição de Profissional Autônomo;

b) as sociedades de profissionais, previstas no artigo 127 da Lei 1.039/2009.

III – em até 5 (cinco) dias úteis, após ciência da Notificação de Lançamento do ISS Estimado a ser realizada pela Coordenação de Fiscalização - CFIS - referente a realização dos eventos, quando se tratarem de diversões, shows, lazer, entretenimentos e congêneres previstos no item 12 e seus subitens e no subitem 3.03 da Lista de Serviços tributáveis pelo ISS anexa à Lei nº 1.039/2009, em conformidade com o Decreto nº 6.070/2015, a Portaria SEFAZ nº 028/2015 e a Instrução Normativa SEFAZ nº 007/2015;

IV – em até 30 (trinta) dias, após ciência da Notificação

de Lançamento do ISS Estimado a ser realizada pela Coordenação de Fiscalização - CFIS - referente as prestações de serviços relativos aos itens 7.02 e 7.04 da Lista de Serviços tributáveis pelo ISS anexa à Lei nº 1.039/2009, em conformidade com o Decreto nº 6.070/2015.

V - Na data do pagamento do serviço ao Contratado quando o Contratante seja o Município de Camaçari;

VI – Até o dia 10 do mês subsequente no caso do imposto retido na fonte (substituição tributária).

§ 1º. Os contribuintes que comercializem ou distribuam tarifas de embarque de passageiros ou bilhetes / ingressos para estacionamentos e congêneres, físicos ou digitais, previstos respectivamente, nos subitens 20.01 e 11.01 da Lista de Serviços tributáveis pelo ISS anexa à Lei nº 1.039/2009, deverão demandar a emissão da Autorização para Impressão de Documentário Fiscal – AIDF - junto a Coordenação de Fiscalização – CFIS, nos termos da Instrução Normativa SEFAZ nº 007/2015, além de obrigatoriamente estarem credenciados para emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e – através de acesso via usuário e senha do Sistema Tributário Municipal onde deverão emitir NFS-e, por competência, para recolhimento do ISS referente à prestação destes serviços nos termos do Inciso I.

§ 2º. Para os contribuintes que se enquadrem no §1º, que eventualmente ainda não possuam inscrição no Cadastro de Atividades Municipal ou tendo a referida inscrição ainda não possuam usuário e senha do Sistema Tributário Municipal com Credenciamento para emissão de NFS-e, o recolhimento do ISS correspondente deverá ser realizado de forma antecipada, no momento da emissão da AIDF através de emissão de guia pela Coordenação de Informações Fiscais.

Art. 8º. As pessoas jurídicas ou a elas equiparadas, nos termos do Decreto Municipal nº 6.540/2016, e nos termos do §1º do Art. 211 da Lei Municipal nº 1.039/2009, e expirado o prazo determinado para a entrega ao Fisco Estadual ou Federal, deverão apresentar à Secretaria da Fazenda do Município de Camaçari/BA os arquivos digitais do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED de sua confecção, devidamente assinados e validados digitalmente, correspondentes às últimas transmissões dentro do período decadencial e ao ambiente estadual e nacional do SPED.

Parágrafo único. Na falta de entrega dos documentos fiscais a que se refere o *caput*, aplicar-se-ão ao infrator as penalidades descritas no § 2º do artigo 211 da Lei nº 1.039/2009, por cada tipo de documento, e por exercício fiscal, sem prejuízo das demais penalidades averiguadas e tipificadas na legislação nacional e/ou municipal.

Art. 9º. A Taxa de Licença de Localização - TLL será recolhida de uma só vez, antes do licenciamento da atividade, obedecidos os procedimentos regulamentares.

Art. 10. A Taxa de Fiscalização do Funcionamento - TFF poderá ser paga em parcela única, até o dia 11 de agosto de 2025, ou em duas parcelas, com vencimento da primeira parcela na mesma data da parcela única e a segunda até o dia 10 de setembro de 2025.



§ 1º. A Taxa será calculada de acordo com a Tabela de Receita nº IV, anexa a Lei 1.039/2009, com alterações posteriores, e o lançamento de ofício, de acordo com a receita bruta anual apurada no sistema tributário municipal ou com base em informações adquiridas através de convênios com outros Órgãos públicos, ou com base em declaração do contribuinte.

§ 2º. Portaria a ser expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda disciplinará a forma, os prazos e os meios para que o contribuinte possa apresentar a sua declaração.

§ 3º. Ficam dispensados do cumprimento dessa obrigação tributária os contribuintes cadastrados no Sistema Tributário Municipal com status de Micro Empreendedor Individual – MEI – devendo os mesmos estarem enquadrados nessa condição em todo o **Exercício de 2024**. Para estes casos a obtenção da informação da receita bruta anual para fins de enquadramento na Tabela de Receita nº IV será obtida através de convênios firmados com outros órgãos públicos.

§ 4º. A dispensa prevista no § 3º se estende aos Contribuintes cadastrados no Sistema Tributário Municipal com Status de Micro Empreendedor Individual – MEI – que tenham iniciado suas atividades no decorrer do **Exercício de 2024** e que tenham se mantido nesta condição até o final deste Exercício.

§ 5º. Os Contribuintes que forem excluídos do Regime de Micro Empreendedor Individual – MEI – ou que mesmo estando sob essa condição não possuíam inscrição no Cadastro Mobiliário antes do final do **Exercício de 2024** estão obrigados ao cumprimento da Obrigação Tributária prevista no caput deste artigo.

Art. 11. Na baixa da atividade do estabelecimento, a TFF é devida integralmente, salvo se o pedido de baixa for protocolado até o último dia útil do mês de dezembro do exercício anterior.

Art. 12. A Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP terá seu lançamento:

I - anual, quando não possuir ligação ao sistema de fornecimento de energia;

II - mensal, quando possuir ligação regular ao sistema de fornecimento de energia, pública ou privada.

§ 1º. O lançamento dessa Contribuição na forma mensal será feito na nota fiscal de consumo de energia elétrica e o pagamento será feito na data do seu vencimento.

§ 2º. O pagamento da Contribuição anual será feito em conjunto com IPTU, ou separadamente, quando não houver a incidência desse Imposto, em parcela única, sem desconto, ou em até dez parcelas, com vencimento nas mesmas datas do Imposto.

Art. 13. A Taxa de Licença para exposição de publicidade nas vias e logradouros públicos e em locais expostos ao público - TLP será paga:

I - antes da expedição do alvará, para o início da veiculação da publicidade;

II - anualmente, quando da renovação do alvará.

Parágrafo único. A renovação do alvará de publicidade deverá ser solicitada com antecedência de até 30 (trinta) dias da data de expiração do seu prazo de validade.

Art. 14. O pagamento da Taxa de Licença de Urbanização - TLU será feito antes da entrega do alvará, exceto nos casos de empreendimentos com recurso do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, que será adimplido em até 45 (quarenta e cinco) dias após a assinatura do contrato com o agente financeiro.

§ 1º. O não pagamento implica na perda do benefício fiscal concedido, no que diz respeito a prorrogação do vencimento aos empreendimentos com recurso do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR.

§ 2º. A caducidade do Alvará de Licença implicará no pagamento de novo alvará.

Art. 15. A Taxa de Vigilância Sanitária - TVS será recolhida no início da atividade, antes da entrega do alvará e por ocasião de sua renovação.

Parágrafo único. A renovação do alvará de saúde deverá ser solicitada com antecedência de até 30 (trinta) dias da data de expiração do seu prazo de validade.

Art. 16. A Taxa de Licenciamento Ambiental - TLA será lançada e cobrada no momento do requerimento para a realização dos procedimentos discriminados no § 1º do art.180 da Lei nº 1.039/2009, com prazo de vencimento em até 30 (trinta) dias, conforme art. 31, §1º, I.

Art. 17. Quando o vencimento do tributo recair em dia de sábado, domingo ou feriado, o pagamento fica prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

Art. 18. Os tributos sujeitos a lançamento de ofício poderão ser impugnados administrativamente no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da sua notificação.

Art. 19. Os Órgãos da administração direta e indireta ao efetuarem pagamento a pessoa física ou jurídica pelo fornecimento de bens ou serviços, inclusive obras, deverão proceder à retenção do Imposto sobre a Renda, na forma disciplinada na Instrução Normativa nº 1234, de 11 de janeiro de 2012.

Parágrafo único. As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive antecipações por conta de fornecimento de bem ou de prestação de serviços para entrega futura.

Art. 20. Os fornecedores de bens ou serviços deverão emitir as notas fiscais na forma prevista na Instrução Normativa nº 1234, de 11 de janeiro de 2012.

Art. 21. Ficam atualizados monetariamente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acumulado no período de outubro de 2023 a setembro de 2024, no



percentual de **4,42%** (quatro inteiros e quarenta e dois centésimos), a partir de 1º de janeiro de 2025, os valores definidos em Lei de composição das bases de cálculo dos tributos municipais, preços públicos, rendas, penalidades acessórias, créditos tributários ou não, em favor da municipalidade, e outros acréscimos legais estabelecidos em quantias fixas.

§ 1º. Aplica-se a atualização descrita no caput deste artigo aos valores referentes a tributos, rendas, multas, e seus acréscimos legais, bem como a outros valores também estabelecidos em quantias fixas.

§ 2º. Para os tributos com lançamento misto ou por homologação a atualização monetária será mensal, com valor atualizado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, até o mês anterior ao pagamento do tributo.

§ 3º. A Unidade Fiscal Municipal - UFM, para o exercício de 2025, será no valor de **4,760639** (quatro inteiros, setecentos e sessenta mil, seiscentos e trinta e nove milionésimo de reais).

Art. 22. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025.

Art. 23. Ficam revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE
CAMAÇARI-BA, EM 14 DE OUTUBRO DE 2024.**

ANTONIO ELINALDO ARAÚJO DA SILVA
PREFEITO

JOAQUIM JOSE BAHIA MENEZES
SECRETÁRIO DA FAZENDA

SECAD

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 2563/2024
DE 21 DE NOVEMBRO DE 2024**

O SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMAÇARI, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Lei Municipal nº 874 de 04 de abril de 2008, Lei Municipal nº 873 de 04 de abril de 2008 que dispõe sobre o plano de carreira, cargos e vencimentos dos servidores públicos do quadro de provimento efetivo da administração direta e magistério do município de Camaçari e Decreto Municipal nº 4742 de 09 de abril de 2009, que regulamenta a promoção funcional e,

CONSIDERANDO o preenchimento dos requisitos legais para a concessão do benefício conforme comprovação nos autos do Processo Administrativo nº 02259.11.02.904.2024,

RESOLVE

PROMOVER o (a) servidor (a) **CLAUDIO MAURICIO RODRIGUES COELHO**, matrícula nº **63507**, lotado (a) na Secretaria da Administração – SECAD, ocupante de cargo de provimento efetivo/estatutário de **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO** de **NÍVEL I** para **NÍVEL II**, com data retroativa a **05 de Novembro de 2024**.

GABINETE DO SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMAÇARI, EM 21 DE NOVEMBRO DE 2024.

HELDER ALMEIDA DE SOUZA
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 2704/2024
DE 02 DE DEZEMBRO DE 2024**

O SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMAÇARI, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 4220/2006, que delega competência a Secretaria da Administração, com fulcro no Art. 117 e seguintes da Lei Municipal nº 407 de 30 de agosto de 1998, Lei Municipal nº 1310 de 27 de dezembro de 2013, Lei Municipal nº 1522 de 28 de dezembro de 2017, Parecer Normativo nº 003/2017, Lei Municipal nº 1601/2019 de 18 de novembro de 2019 e Lei Municipal nº 1624/2020 de 27 de abril de 2020,

CONSIDERANDO o preenchimento dos requisitos legais para a concessão do benefício conforme comprovação nos autos do Processo Administrativo nº 1810/2024,

RESOLVE

CONCEDER ao (a) servidor (a) **ZENILDA RIBEIRO DA SILVA**, matrícula **2707**, ocupante do cargo de provimento efetivo/estatutário de **Assistente Administrativo**, lotado (a) na Secretaria da Saúde - SESAU, Licença Prêmio referente ao quinquênio aquisitivo de 17/05/2005 a 16/05/2010, pelos períodos fracionados de **01 (um) mês**, a partir de 11 de dezembro de 2024 e **02 (dois) meses**, a partir de 03 de março de 2025.

GABINETE DO SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMAÇARI-BA, EM 02 DE DEZEMBRO DE 2024.

HELDER ALMEIDA DE SOUZA
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

LUIZ EVANDRO VARGAS DUPLAT
SECRETÁRIO DA SAÚDE

**PORTARIA Nº 2712/2024
DE 06 DE DEZEMBRO DE 2024**

O SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMAÇARI, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 4220/2006, que delega competência a Secretaria da Administração, com fulcro no Art. 117 e seguintes da Lei Municipal nº 407 de 30 de agosto de 1998, Lei Municipal nº 1310 de 27 de dezembro de 2013, Lei Municipal nº